
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 07 DE MARÇO DE 2017

“Estabelece critérios e procedimentos relativos ao Registro ponto de cargos comissionados da Administração Pública Direta, Indireta e Autarquias.”

O Secretário de Gestão Administrativa, Senhor **Edson Luiz Bertelli**, no uso de suas atribuições legais, consignadas no artigo 72, inciso VII, juntamente com o artigo 82, Inciso V, ambos da Lei Orgânica do Município, e no artigo 30, Inciso III, da Lei Municipal nº. 1.068/91, acompanhado dos artigos 158 ao 163, da Lei Municipal 1069/91,

Considerando o artigo 31 “O período de trabalho, carga horária semanal, do ocupante de cargo de provimento efetivo é de 40 (quarenta) horas semanais, salvo quando disposto diversamente em lei ou regulamento próprios a lei municipal, bem como o referido artigo em seu § 1º: “- O exercício em comissão exige dedicação integral ao serviço por parte do comissionado, que poderá ser convocado extraordinariamente sempre que seja do interesse da administração”, na lei 1069/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) bem como o Decreto 7714 de abril de 2015;

Considerando o artigo 2º do decreto municipal 7714/2015: “A designação de funcionário ocupante de cargo de provimento em comissão, para participar de grupos de trabalho ou estudo, de comissões legais, em órgãos de deliberação coletiva, prestação de serviços extraordinários, em ministração de aulas em cursos de treinamento, bem como, em banca examinadora de concurso público, não constituir-se-á em ônus para a Administração Pública Direta ou Indireta do Município”;

Considerando o princípio da publicidade e transparência os quais devem nortear o funcionalismo público, o registro através da biometria, em uma simples aferição de assiduidade, dever este inerente a todos que servem a municipalidade, dirimindo quaisquer dúvidas em relação a horas laboradas na municipalidade;

Considerando a relação em que o cargo de provimento em comissão, não onera o município em horas extras, pois este quando assume a função está claro as atribuições a qual deverá desempenhar, e os horários, pois cada lotação atenderá suas necessidades.

DETERMINA:

- a) A partir de 14/03/2017, o registro do ponto biométrico é de caráter obrigatório para todos os ocupantes de cargo em provimento de comissão;
- b) Os relativos ocupantes de cargos comissionados, continuam correspondendo as necessidades de sua lotação, ou seja, tem seus horários de funcionamento determinados, os quais não sofrerão alteração;
- c) A incumbência dos secretários de cada pasta comunicar pessoalmente os devidos comissionados a procurar o Administrativo/ RH de sua secretaria correspondente para que seja efetuado o cadastro da biometria, cabendo ao RH de secretaria tomar as providências relativas a coletar as digitais dos servidores em cargo de provimento em comissão, bem como de fazer o devido controle de frequência, coleta de digitais e gerenciamento do controle.

**A OBRIGAÇÃO DO REGISTRO DE BIOMETRIA A TODOS OS CARGOS
COMISSIONADOS COM EXCEÇÃO DOS CARGOS DE:**

- SECRETÁRIOS
- PROCURADOR GERAL
- SUPERINTENDENTES
- GESTORES
- DIRETOR GERAL DO COLEGIADO
- DIRETOR GERAL DA EMASA

**O NÃO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA ACARRETERÁ NO DESCONTO
DAS HORAS/FALTAS EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

Edson Luiz Bertelli
Secretário de Gestão Administrativa